

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE****QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?**

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a integridade, a segurança e a funcionalidade dos espaços públicos de convivência em Belém, como praças, parques lineares e logradouros. A Secretaria Municipal de Zeladoria Urbana – SEZEL identifica a urgência de um modelo de manutenção que não seja apenas reativo, mas prioritariamente preventivo, visando a preservação do patrimônio público, a redução de custos a longo prazo e a garantia de ambientes seguros para o lazer e a circulação da população.

A justificativa pauta-se na deterioração natural e no uso intenso desses espaços, que demandam intervenções constantes em calçadas, mobiliários urbanos e estruturas de lazer para evitar acidentes e garantir a acessibilidade. Além disso, a manutenção estética e a conservação desses locais impactam diretamente na qualidade de vida urbana e no bem-estar social, combatendo a degradação ambiental e a desvalorização das áreas públicas municipais.

Considerando a extensão territorial e a capilaridade dos logradouros de Belém, a estrutura própria do município mostra-se insuficiente para suprir a demanda operacional com a agilidade necessária. Portanto, é imprescindível o suporte de uma empresa especializada que forneça mão de obra qualificada e equipamentos adequados, assegurando que os espaços públicos cumpram sua função social sob a gestão e fiscalização da SEZEL.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**QUAL O TIPO DE OBJETO?**☐ Bem.☒ Serviço.**QUAL A NATUREZA?**

<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Com
Continuada.	monopólio.	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Sem
	monopólio.	

Justificativa: A necessidade desta contratação fundamenta-se no dever da Administração Pública de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de zeladoria em Belém, conforme o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A manutenção preventiva e corretiva de praças e parques lineares é essencial para evitar a degradação acelerada do patrimônio público, assegurando que os logradouros cumpram sua função social de lazer, saúde e segurança para a população, evitando gastos maiores com reconstruções futuras.

Sob a ótica do planejamento (Art. 18), o Estudo Técnico Preliminar demonstra que a execução indireta dos serviços é a solução mais viável. Diante da vasta extensão territorial do município e da limitação de maquinário e pessoal próprio da Secretaria de Zeladoria Urbana - **SEZEL**, a contratação de empresa especializada garante a capilaridade necessária para atender desde o centro até os distritos, mantendo um padrão

		<p>técnico homogêneo na conservação dos espaços.</p> <p>A fundamentação legal ampara-se na classificação do objeto como serviço comum de engenharia (Art. 6º, XXI), cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por especificações usuais de mercado. Isso permite a adoção de critérios de julgamento que privilegiam a economia de escala e a celeridade processual, garantindo que as intervenções em equipamentos públicos ocorram de forma tempestiva para mitigar riscos de acidentes ou abandono.</p> <p>Por fim, a contratação está alinhada ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, pois a conservação e reforma programadas otimizam o uso de recursos públicos e reduzem o descarte de resíduos sólidos. O gerenciamento centralizado pela Secretaria de Zeladoria Urbana – SEZEL permitirá um controle rigoroso de metas e resultados, assegurando que o investimento público se reverta em melhoria direta na qualidade de vida e no ordenamento do cenário urbano de Belém.</p>
	<input type="checkbox"/> Não continuada.	
QUAL A VIGÊNCIA?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <div style="text-align: right;"><input type="checkbox"/> dias.</div> <input type="checkbox"/> Outro: nnn <input type="checkbox"/> meses. <div style="text-align: right;"><input type="checkbox"/> anos.</div>	
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: A possibilidade de prorrogação justifica-se em razão da natureza continuada da contratação, uma vez que as necessidades a serem atendidas são permanentes e recorrentes, não se exaurindo em uma única execução. A prorrogação poderá ocorrer desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantido o interesse público, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021. <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. </div> <div> Contrato nº: Prazo final: </div> </div>	

PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Descrição detalhada	
	01	Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT, legislação urbanística municipal, Plano Diretor de Belém, Código de Posturas e normas de segurança do trabalho, garantindo durabilidade, funcionalidade, segurança operacional e acessibilidade universal.
	02	Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, certificados e adequados às condições climáticas locais, vedado o uso de materiais reaproveitados ou de qualidade inferior aos padrões técnicos exigidos.
	03	A execução deverá ser acompanhada por Responsável Técnico legalmente habilitado, com emissão de ART ou RRT, garantindo controle de qualidade, correção técnica e atendimento às boas práticas de engenharia.
	04	As intervenções em pavimentação deverão assegurar regularidade superficial, caimentos adequados para drenagem, ausência de ressaltos perigosos e resistência compatível com o uso previsto, evitando empoçamentos, recalques ou trincas.
	05	As soluções de acessibilidade deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis, garantindo rotas acessíveis contínuas, rampas com inclinação adequada, pisos táteis corretamente implantados e inexistência de barreiras físicas.
	06	Os sistemas de drenagem superficial deverão assegurar o escoamento eficiente das águas pluviais, com correta implantação de sarjetas, canaletas, grelhas e dispositivos de captação, evitando alagamentos e deterioração prematura dos pavimentos.
	07	O mobiliário urbano e os equipamentos instalados ou recuperados deverão apresentar estabilidade estrutural, fixação adequada, acabamento seguro e ausência de arestas cortantes, garantindo segurança aos usuários e resistência ao uso contínuo.
	08	As intervenções em áreas verdes e paisagismo deverão preservar a vegetação existente sempre que possível, assegurar o uso de espécies adequadas e manter condições de salubridade, estética urbana e conforto ambiental.
	09	A execução deverá observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, com fornecimento e uso obrigatório de EPIs e EPCs, isolamento e sinalização das áreas de intervenção, garantindo a proteção de trabalhadores e usuários.
	10	Os resíduos gerados deverão ser gerenciados de forma ambientalmente adequada, com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final em locais licenciados, mantendo o canteiro organizado e livre de entulhos.
	11	Os serviços executados deverão apresentar acabamento final adequado, limpeza integral da área ao término da intervenção e plena condição de uso do espaço público, sendo vedada a entrega de serviços inacabados ou com vícios aparentes.
	12	Qualquer serviço executado em desconformidade com os padrões de

4

POSSÍVEIS SOLUÇÕES?

☒ Outro.

Especificar: Pesquisa realizada com base em referenciais oficiais de engenharia, incluindo SINAPI e SEOP.

**JUSTIFICATIVA
TÉCNICA E
ECONÔMICA PARA A ESCOLHA
DA MELHOR SOLUÇÃO**

1. Classificação do Objeto como Serviço Comum de Engenharia

O serviço pleiteado é classificado como serviço comum de engenharia, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com métodos executivos, materiais, critérios de medição e de aceitação previamente estabelecidos em normas técnicas, manuais e especificações padronizadas, não demandando soluções técnicas singulares ou de natureza intelectual predominante. Trata-se de execução padronizada, repetitiva e comparável, passível de julgamento objetivo pelo menor preço, sem prejuízo da qualidade técnica, desde que atendidas as especificações previamente definidas.

2. Execução Direta pela Administração

Avaliação técnica:

A execução direta dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, conservação e reforma em praças, parques lineares e logradouros públicos pela própria Administração mostra-se inviável, considerando a ausência de quadro técnico suficiente, a necessidade de mão de obra especializada em serviços de engenharia, bem como a inexistência de parque de equipamentos, ferramentas e logística compatíveis com a execução simultânea de múltiplas frentes de trabalho em diferentes pontos do Município.

Ressalta-se que, embora o objeto seja classificado como serviços comuns de engenharia, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em normas técnicas, manuais e especificações padronizadas, sua execução demanda estrutura operacional, controle tecnológico e capacidade técnica contínua, o que inviabiliza a execução direta pela Administração.

Avaliação econômica:

A ampliação da estrutura administrativa para execução direta implicaria custos fixos elevados e permanentes, tais como contratação de pessoal, aquisição e manutenção de equipamentos, insumos e materiais, contrariando os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade.

Conclusão:

A execução direta não se apresenta como solução técnica nem economicamente vantajosa.

3. Contratação por Concorrência

Avaliação técnica:

A concorrência é modalidade tradicionalmente indicada para contratações de maior complexidade técnica ou quando o objeto demanda avaliação subjetiva de soluções técnicas diferenciadas. No presente caso, entretanto, o objeto não apresenta grau de complexidade que justifique a adoção de rito mais formal, uma vez que se trata de serviço comum de engenharia, com especificações previamente definidas e execução padronizada.

Avaliação econômica:

A adoção da concorrência implicaria maior formalismo procedimental e aumento do tempo de tramitação do processo licitatório, sem que isso represente ganho

proporcional em qualidade ou segurança da contratação, podendo comprometer a celeridade necessária ao atendimento das demandas urbanas.

Conclusão:

A concorrência, embora juridicamente possível, não se revela a modalidade mais eficiente para a contratação pretendida.

4. Contratação por Pregão

Avaliação técnica:

O pregão é modalidade destinada à contratação de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, caracterizados por padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos. No caso em análise, o objeto enquadra-se como serviço comum de engenharia, uma vez que suas soluções construtivas, métodos executivos, materiais e critérios de aceitação encontram-se previamente estabelecidos em normas técnicas, manuais institucionais e especificações padronizadas, não havendo necessidade de soluções técnicas personalizadas ou de caráter singular.

Além disso, a execução dos serviços ocorre de forma padronizada, repetitiva e sob demanda, mediante Ordens de Serviço, o que reforça a adequação do pregão como modalidade apta à seleção da proposta mais vantajosa.

Avaliação econômica:

O pregão eletrônico favorece ampla competitividade, transparência e obtenção de preços mais vantajosos, reduzindo custos administrativos e ampliando a disputa entre fornecedores qualificados. A utilização de critérios objetivos de julgamento mitiga riscos de subjetividade e contribui para maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Conclusão:

O pregão eletrônico mostra-se tecnicamente adequado e economicamente vantajoso para a contratação do objeto.

5. Sistema de Registro de Preços – SRP

Justificativa técnica:

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza do objeto, caracterizado como serviço comum de engenharia executado sob demanda, para o qual não é possível prever previamente, com exatidão, os quantitativos, os locais e a periodicidade das intervenções em praças, parques lineares e logradouros públicos.

O SRP permite a contratação conforme a necessidade real da Administração, por meio da emissão de Ordens de Serviço e Cronograma Físico-Financeiro, garantindo flexibilidade operacional, padronização técnica dos serviços e atendimento simultâneo de diferentes frentes de trabalho.

Justificativa econômica:

O SRP assegura que a Administração pague exclusivamente pelos serviços efetivamente executados e medidos, evitando contratações superdimensionadas, desperdício de recursos públicos e sucessivos aditivos contratuais. Além disso, proporciona economia de escala, redução de custos administrativos e maior previsibilidade orçamentária.

Vigência da Ata:

	<p>Ressalta-se que a Ata de Registro de Preços a ser formalizada terá vigência inicial de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mantendo-se as condições originalmente pactuadas.</p> <p>6. Conclusão</p> <p>Diante das alternativas analisadas, conclui-se que, considerando que o objeto é classificado como serviço comum de engenharia, a contratação de empresa especializada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), configura a solução tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa para atender às necessidades da Administração Pública, assegurando eficiência, competitividade, flexibilidade operacional e adequada aplicação dos recursos públicos.</p>
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
O QUE SERÁ CONTRATADO?	<p>Empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção preventiva e corretiva, conservação e reforma de praças, parques lineares e logradouros públicos, executados sob demanda, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais recursos necessários à adequada execução das intervenções.</p>
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<div> <input type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. </div> <div> <input type="checkbox"/> dias. <input checked="" type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos. </div> <div> <input type="checkbox"/> Outro: 05 </div> <p>A garantia contratual deverá vigorar durante todo o período de execução do contrato, abrangendo sua vigência inicial e eventuais prorrogações, nos termos do art. 97, inciso I da Lei nº 14.133/2021.</p>
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: <input checked="" type="checkbox"/> Não.
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. Descrever solução: <input checked="" type="checkbox"/> Não.
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO	
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. </div> <div> <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Outro. </div> <p>Especificar: O quantitativo estimado foi definido com base em levantamento técnico realizado in loco, a partir de vistorias em praças, parques lineares e logradouros públicos localizados em diferentes regiões do Município, considerando o estado de</p>

	conservação das áreas, as demandas recorrentes de manutenção, conservação e reforma, bem como a impossibilidade de previsão exata dos locais, da extensão e da periodicidade das intervenções, por se tratar de serviços executados sob demanda.				
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	<p>O quantitativo estimado foi definido a partir de levantamento técnico prévio, considerando a existência de mais de 300 praças, além de parques lineares e logradouros públicos distribuídos em diferentes regiões do Município de Belém, com características físicas, dimensões e estados de conservação distintos.</p> <p>A metodologia adotada baseou-se na avaliação in loco de áreas representativas, identificando os principais tipos de intervenções recorrentes (manutenção preventiva, corretiva, conservação e reforma), bem como na estimativa da frequência média dessas demandas ao longo do período contratual, considerando o uso contínuo dos espaços públicos, a exposição às intempéries e o desgaste natural dos materiais.</p> <p>Em razão da impossibilidade de previsão exata dos locais, da extensão e da periodicidade das intervenções, o dimensionamento não se deu por metragem fixa ou por quantitativos previamente definidos para cada serviço, mas sim por estimativa global compatível com a execução sob demanda, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, permitindo o acionamento da contratada conforme a necessidade real da Administração.</p> <p>Tal metodologia evita tanto o subdimensionamento, que poderia comprometer a continuidade das ações de zeladoria urbana, quanto o superdimensionamento, que acarretaria contratação excessiva e ineficiente, assegurando equilíbrio entre planejamento, flexibilidade operacional e adequada aplicação dos recursos públicos.</p>				
ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtd	
	1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONSERVAÇÃO, REFORMA EM PRAÇAS, PARQUES LINEARES E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM – PA	SERVIÇO	01	
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO					
MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input type="checkbox"/> Painel de preços. <input type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas. <input type="checkbox"/> Fornecedores. <input type="checkbox"/> Internet. <input checked="" type="checkbox"/> Outro. Especificar: Pesquisa realizada com base em referenciais oficiais de engenharia, incluindo SINAPI e SEOP.				
ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 3.311.403,94	1	R\$ 3.311.403,94
	2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	R\$ 620.986,08	1	R\$ 620.986,08
	3	DEMOLIÇÕES E	R\$ 1.455.819,13	1	R\$ 1.455.819,13

		RETIRADAS			
	4	MOVIMENTO DE TERRA	R\$ 241.512,00	1	R\$ 241.512,00
	5	FUNDAÇÃO	R\$ 928.887,50	1	R\$ 928.887,50
	6	CONCRETO/FORMA E ARMADURA	R\$ 1.796.182,50	1	R\$ 1.796.182,50
	7	PILAR DE MADEIRA	R\$ 131.946,30	1	R\$ 131.946,30
	8	PAREDES E PAINÉIS	R\$ 9.106.009,80	1	R\$ 9.106.009,80
	9	COBERTURA - MADEIRAMENTO E TELHAMENTO	R\$ 1.207.078,80	1	R\$ 1.207.078,80
	10	IMPERMEABILIZADORES / TRATAMENTO	R\$ 155.798,00	1	R\$ 155.798,00
	11	ESQUADRIAS E FERRAGENS	R\$ 884.641,60	1	R\$ 884.641,60
	12	REVESTIMENTO	R\$ 359.280,70	1	R\$ 359.280,70
	13	INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO	R\$ 601.510,50	1	R\$ 601.510,50
	14	PISOS	R\$ 16.841.487,48	1	R\$ 16.841.487,48
	15	PINTURAS	R\$ 3.995.925,00	1	R\$ 3.995.925,00
	16	URBANIZAÇÃO	R\$ 3.796.969,01	1	R\$ 3.796.969,01
	17	DIVERSOS	R\$ 2.470.814,26	1	R\$ 2.470.814,26
	18	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 522.258,50	1	R\$ 522.258,50
	19	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, DRENAGEM E ACESSÓRIOS	R\$ 792.387,90	1	R\$ 792.387,90
	20	URBANISMO TÁTICO	R\$ 947.910,00	1	R\$ 947.910,00
	21	LIMPEZA FINAL	R\$ 547.746,32	1	R\$ 547.746,32
					TOTAL
					R\$ 50.716.555,31

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO
**A SOLUÇÃO SERÁ
DIVIDIDA EM ITENS?**
☐ Sim.

☒ Não.

**Por
quê?**
☐ Objeto indivisível.

☒ Tecnicamente
inviável.

☐ Aproveitamento da
competitividade.

☒ Perda de escala.

☒ Economicamente inviável.

☐ Outro.

Especificar:

Embora o parcelamento do objeto constitua diretriz relevante nas contratações públicas, sua adoção deve observar a viabilidade técnica e a vantajosidade econômica, conforme art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021. No caso em análise, o objeto consiste na prestação de serviços comuns de engenharia voltados à manutenção preventiva e corretiva, conservação e reforma de praças, parques lineares e logradouros públicos, executados sob demanda. Tais serviços envolvem atividades técnicas interdependentes, que compõem um escopo único e integrado, exigindo padronização, coordenação operacional e responsabilidade técnica unificada.

A eventual divisão em itens comprometeria a uniformidade das intervenções, dificultaria a fiscalização e aumentaria a complexidade da gestão contratual. Dessa forma, a contratação será realizada em item único, com julgamento pelo menor preço global, por se mostrar a solução mais eficiente e adequada à avaliação do conjunto dos serviços.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES
**HÁ CONTRATAÇÕES
CORRELATAS OU
INTERDEPENDENTES?**
☐ Sim.

Especificar:
☒ Não.

ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO
**HÁ PREVISÃO
NO PLANO DE CONTRATAÇÕES
ANUAL?**
☒ Sim.

Especificar item do PCA: Consta previsão no Plano de Contratações Anual – PCA, referente à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de engenharia voltados à manutenção preventiva e corretiva, conservação e reforma de praças, parques lineares e logradouros públicos.

☐ Não.

Providências:
RESULTADOS PRETENDIDOS
**QUAIS OS BENEFÍCIOS
PRETENDIDOS NA
CONTRATAÇÃO?**
☐ Manutenção do Funcionamento
Administrativo

☒ Redução dos Riscos do Trabalho

☐ Serviço/Bem de Consumo

☒ Outro.

☒ Redução de Custos

☐ Aproveitamento de Recursos
Humanos

☒ Ganho de Eficiência

☒ Realização de Política Pública


Especificar: Otimização da aplicação dos recursos públicos por meio de contratação sob demanda; aumento da eficiência operacional e da padronização dos serviços; racionalização do uso da força de trabalho da Administração com foco em gestão e

	fiscalização; mitigação de riscos à segurança de usuários e trabalhadores; e fortalecimento das ações permanentes de zeladoria urbana no Município de Belém.	
PROVIDÊNCIAS PENDENTES		
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	Especificar:
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO		
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>Especificar os impactos e as medidas de mitigação:</p> <p>Impacto ambiental: Geração de resíduos da construção civil (entulhos, solos, restos de pavimentação, materiais demolidos) durante as atividades de demolição, remoção e execução de serviços.</p> <p>Medida de mitigação: Implementação obrigatória de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), com segregação na origem, acondicionamento adequado, transporte por empresas licenciadas e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307.</p> <p>Impacto ambiental: Emissão de poeira, partículas em suspensão e resíduos sólidos durante demolições, movimentação de terra e cortes de pavimentos.</p> <p>Medida de mitigação: Adoção de procedimentos de controle de poeira, incluindo umidificação das frentes de trabalho, limpeza diária do canteiro e remoção periódica de entulhos, bem como manutenção de áreas isoladas e organizadas durante toda a execução dos serviços.</p> <p>Impacto ambiental: Risco de contaminação do solo e das águas superficiais em decorrência do descarte inadequado de resíduos, materiais ou efluentes provenientes do canteiro de obras.</p> <p>Medida de mitigação: Proibição expressa de descarte irregular em vias públicas, áreas verdes, sistemas de drenagem ou corpos d'água, exigindo-se a destinação exclusiva para locais licenciados, além da adoção de práticas de controle ambiental e manutenção de canteiro limpo e seguro.</p> <p>Impacto ambiental: Supressão indevida ou danos à vegetação existente e impermeabilização excessiva do solo.</p> <p>Medida de mitigação: Proteção das árvores e áreas verdes existentes, vedação da impermeabilização total do colo das árvores, priorização de soluções que preservem ou ampliem a permeabilidade do solo, como pisos intertravados, áreas drenantes e jardins de chuva, respeitando as diretrizes urbanísticas e ambientais vigentes.</p> <p>Impacto ambiental: Emissão de ruídos e incômodos à população</p>

	<p>durante a execução dos serviços.</p> <p>Medida de mitigação: Adoção de medidas para controle de poluição sonora, com uso de equipamentos em bom estado de manutenção, execução das atividades em horários compatíveis com a legislação local e organização das frentes de trabalho para reduzir impactos à vizinhança.</p> <p>Impacto ambiental/cultural:</p> <p>Intervenções em espaços públicos localizados em áreas tombadas ou em seu entorno, com potencial impacto sobre bens protegidos pelo patrimônio histórico e cultural.</p> <p>Medida de mitigação:</p> <p>Condicionar a execução dos serviços, quando incidentes sobre bens ou áreas tombadas, à obtenção de autorização prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, bem como ao cumprimento integral das diretrizes técnicas e restrições estabelecidas pelo órgão de proteção ao patrimônio cultural, devendo tais exigências constar no Termo de Referência e nas Ordens de Serviço específicas.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.
CONCLUSÃO	
<p>A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>

Belém/PA, 17 de março de 2026.

Elaborado por:

Documento assinado digitalmente
 **EDUARDO FELLIPE DA COSTA ATAIDE**
 Data: 17/03/2026 16:20:02-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Engenheiro Civil
 Matrícula: 0650226-011

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar.

Cleidson Ferreira Chaves
 Secretário Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana